



O desenvolvimento do município de Ijuí sob a perspectiva da Teoria de Base Exportadora e da Teoria da Tríplice Hélice

Martin Ledermann

Martinho Luís Kelm

Daniel Knebel Baggio

Resumo

O presente artigo possui três objetivos. O primeiro, é identificar as etapas do desenvolvimento do município de Ijuí. O segundo, deriva do primeiro, e busca identificar as ações dos agentes que compõem a Tríplice Hélice na perspectiva da retomada da industrialização e exportação do município. O terceiro propõe analisar o grau de integração entre os principais atores no processo que compõe a Tríplice Hélice, além de fazer uma análise crítica relacionada ao tema abordado e apresentar algumas sugestões. As referências bibliográficas usadas abordam as teorias da Base Exportadora e a Teoria da Tríplice Hélice. Quanto à metodologia usada, o estudo caracteriza-se como exploratório e qualitativo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados se deu através de entrevistas em profundidade. Os resultados revelam que o desenvolvimento do município de Ijuí se caracterizou pelas vigorosas atividades comerciais, industriais e de exportação. Esta situação somente mudou a partir da década de 50, com a introdução da cultura do trigo e com o crescimento do setor de serviços. Com relação à participação dos agentes pertencentes à Tríplice Hélice em ações voltadas à industrialização e exportação, o estudo mostra o papel determinante das políticas públicas federais e estaduais para o desenvolvimento do município, além das poucas, isoladas e desintegradas ações dos atores locais, com participação mais efetiva da universidade que, segundo a análise realizada, apresenta as melhores condições para fazer girar a Tríplice Hélice, devido à sua proximidade com os mais variados integrantes, tanto a nível federal, estadual e local.

Palavras-chave: Base Exportadora. Tríplice Hélice. Industrialização.



Introdução

Os estudos acerca do desenvolvimento territorial, apesar de incipientes, têm pautado algumas discussões acadêmicas e governamentais importantes nos últimos tempos. A busca por respostas sobre o que leva alguns territórios a serem mais desenvolvidos em comparação a outros; sobre o que faz com que alguns lugares, mesmo com desvantagens com relação aos fatores de produção, consigam obter patamares de desenvolvimento superiores àqueles dotados de tais elementos; sobre o que regiões menos desenvolvidas devem fazer para ingressar no rol de territórios desenvolvidos parece ser o grande desafio daqueles que têm a tarefa de zelar pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e pelo crescimento e evolução das instituições ali instaladas.

Talvez a única certeza envolvendo este assunto é dada por Porter (1989), quando o autor afirma que a competição, que antes se dava entre empresas, agora se dá em âmbito global, entre territórios, e que possivelmente seja algo irreversível, mesmo considerando o conjunto de medidas protecionistas adotadas por determinados governos. Apesar do aparente caos que a competição entre territórios pode gerar a determinados locais, Porter (1989) também apresenta o que pode servir de inspiração: a prosperidade de um local não é algo herdado, mas resultado da ação humana. Segundo o autor, a competitividade de um território depende da capacidade de seus segmentos de empresas em inovar, aperfeiçoar-se, e competir em outros mercados.

É a partir dessa premissa que o estudo foi realizado. O município de Ijuí, situado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, apesar dos esforços e de um conjunto de ações executadas, convive com um dilema, quanto ao seu desenvolvimento: como se dá a integração entre os elementos pertencentes à Tríplice Hélice do município, na perspectiva de industrializá-lo e torná-lo exportador de produtos manufaturados?

Para dar resposta a esta questão de estudo, o presente artigo tem três objetivos: o primeiro, baseado na Teoria da Base Exportadora, visa a descrever como se deu o desenvolvimento do município de Ijuí, e identificar em qual estágio o mesmo se encontra; o segundo é sequência do primeiro e, baseado na Teoria da Tríplice Hélice busca identificar quais são as principais contribuições dos atores pertencentes à Tríplice Hélice, voltadas ao estímulo das atividades industriais e de exportação, retroativas a cinco anos; no terceiro objetivo, o estudo se propõe a analisar o grau de integração entre os principais atores no



processo que compõe a Tríplice Hélice, além de fazer uma análise crítica relacionada ao tema abordado e apresentar, uma proposta relacionada à efetiva execução da Tríplice Hélice.

1. Referencial teórico

1.1 *Desenvolvimento Local e a Teoria da Base Exportadora*

A Teoria da Base de Exportação parte da premissa de que as regiões se desenvolvem a partir de uma base exportadora forte, que se constitui em um conjunto de produtos com demanda externa (NORTH, 1977). Esta teoria sustenta que o crescimento das regiões está intimamente ligado à sua capacidade de exportar bens, o que, por sua vez, gera consequências diretas, como o aumento da renda absoluta e per capita regional, além de efeitos indiretos, uma vez que a indústria local depende da demanda da própria região. Isso faz com que surjam novas empresas (indústria, comércio e serviços) e, conseqüentemente, mais empregos e renda. Destacam-se como referências nesta área os estudos de Edgar Hoover e Joseph Fisher, com o seu modelo dos cinco estágios do desenvolvimento, e o trabalho de Douglass North, que analisou o processo de desenvolvimento dos Estados Unidos da América e fez uma análise crítica do modelo apresentado por Hoover e Fisher.

1.1.1 *Os cinco estágios de desenvolvimento de Edgar Hoover e Joseph Fisher*

De acordo com Hoover e Fisher (1937, apud NORTH, 1977) o desenvolvimento de uma região ocorre através da sequência de cinco estágios, que são: (1) economia de subsistência; (2) desenvolvimento do comércio e especialização local; (3) surgimento de novas culturas agrícolas; (4) industrialização; e (5) especialização de atividades terciárias, produzindo para exportação.

- **Economia de Subsistência:** para North (1977) Hoover e Fisher entendem que o primeiro estágio da história econômica das regiões é o estágio da economia da subsistência. Nesta fase há pouco comércio e a produção agrícola, que é a predominante, está voltada para a satisfação das necessidades básicas das pessoas.
- **Desenvolvimento do Comércio e Especialização Local:** na medida em que a participação estatal se torna mais acentuada, melhorando os serviços de transporte, surge um número incipiente de empreendedores que começam a gerir pequenas indústrias para



suprir a demanda dos agricultores (HOOVER e FISHER, 1937, apud NORTH, 1977). Nesta etapa começa a surgir o mercado inter-regional.

- **Surgimento de novas culturas agrícolas:** neste estágio o comércio inter-regional se intensifica e começam a surgir novas culturas agrícolas, tais como a pecuária extensiva, a produção de cereais, a fruticultura, a produção de laticínios, e a horticultura (HOOVER e FISHER, 1937, apud NORTH, 1977).
- **Industrialização:** para Hoover e Fisher (1937, apud NORTH, 1977), devido ao crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura, a região é obrigada a se industrializar, ou seja, é obrigada a introduzir as chamadas atividades secundárias numa escala importante. Na opinião destes autores, este estágio é dividido em duas fases. A primeira fase do processo de industrialização baseia-se no beneficiamento de produtos agrícolas e florestais, e inclui o beneficiamento de produtos alimentícios, de artefatos de madeira, e de fibras têxteis. Por outro lado, a segunda fase deste processo inclui o nascimento de indústrias de fundição, refinação e processamento de metais, refinamento de petróleo, e indústrias químicas, entre outras.
- **Especialização de atividades terciárias, voltadas à exportação:** de acordo com Hoover e Fisher (1937, apud NORTH, 1977), no quinto e último estágio, as regiões especializam-se em atividades terciárias, produzindo-as para a exportação. Nesta fase, ocorre a exportação de capital, mão-de-obra qualificada, e serviços especiais para as regiões menos desenvolvidas.

1.1.2 A contribuição de Douglass North

Apesar da importância atribuída à teoria do crescimento econômico regional, cujos pressupostos básicos estão expostos nos cinco estágios do desenvolvimento já abordados neste estudo, a mesma sofreu algumas contestações com o passar do tempo. Um dos seus principais críticos é o economista estadunidense Douglass North. O referido autor, observando o desenvolvimento de algumas regiões norte-americanas e canadenses percebeu que, no século XIX, algumas regiões se desenvolveram sem passar, necessariamente, pela seguinte evolução: economia de subsistência – desenvolvimento do comércio e especialização local – surgimento de novas culturas agrícolas – industrialização – especialização de atividades terciárias, produzindo para a exportação.



Para North (1977), a primeira incompatibilidade diz respeito ao primeiro estágio de desenvolvimento. Segundo o autor, “os Estados Unidos foram colonizados como empreendimentos capitalistas” (NORTH, 1977, p. 295). Isso significa que o seu povoamento foi determinado pelo mercado mundial, cujo objetivo era explorar os recursos naturais com fins mercadológicos. Essa constatação leva a acreditar que o referido país jamais passou pelo primeiro estágio da teoria do crescimento regional, que é a economia de subsistência. O “objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados “fora” e que se transformariam em renda monetária” (NORTH, 1977, p. 295).

Utiliza para isso os exemplos das chamadas “regiões novas”, com ênfase na história econômica do Pacífico Noroeste que no século XIX, com a queda no comércio de peles, foi local de grande crescimento devido à exportação de trigo, farinha e madeira para outras regiões do país (Havaí e Califórnia) e também para outros países (Inglaterra, Japão, e Canadá), além de outro continente, no caso a Europa.

Diante disso, muitas regiões desenvolveram-se em torno de um ou dois produtos exportáveis, que formavam o que North (1977) definiu como base de exportação. A capacidade de produzir produtos exportáveis era elemento fundamental para o desenvolvimento das regiões. A definição de quais produtos seriam produzidos era dada a partir da experimentação de várias culturas diferentes, até que se determinasse a economicamente viável, que considerava a vantagem comparativa dos custos de produção, incluindo os custos de transferência que, por sua vez, serviam para limitar a extensão do mercado exportador.

Nesse caso, a redução dos custos se tornou um fator determinante para as regiões obterem vantagens competitivas perante as demais. Surge, então, o que North (1977) definiu como demandas regionais para com os governos federais e estaduais, principalmente em investimentos em infraestrutura, como construção de estradas de ferro e ancoradouros.

Uma das conclusões apontadas por North (1977) é que a base de exportação tem influência direta na geração de renda absoluta e per capita de uma região, pois a indústria local depende desta base. Então, o crescimento regional está diretamente ligado ao sucesso



das exportações que, por conseguinte, resultam da melhoria da posição das exportações existentes e do desenvolvimento de novos produtos de exportação.

North (1977) também questiona a necessidade de industrialização das regiões para se desenvolver. Segundo ele, a mudança de uma base agrícola muitas vezes não é necessária, nem desejável, pois em determinadas situações uma base de exportação agrícola pode resultar no crescimento da população e da renda per capita. Da mesma forma, as indústrias secundárias e terciárias se desenvolverão automaticamente. Outros argumentos usados por North (1959) sugerem que o sucesso de uma região depende da especialização e da divisão do trabalho e nas relações comerciais com países ou regiões cujas economias encontram-se em crescimento.

O autor alerta, contudo, que há de se ter um cuidado especial com o declínio contínuo na exportação de um produto, cujas causas podem ser mudanças na demanda, esgotamento dos recursos naturais, aumento de custos e mudanças tecnológicas, além do crescimento das vantagens competitivas das regiões concorrentes. Caso isso ocorra, North (1977) entende que a região deve mudar sua base exportadora ou manter a base e implementar mudanças, com o auxílio dos governos e outras instituições ali presentes para tornar-se mais competitiva.

1.3 A Teoria da Tríplice Hélice

Apesar de haver algumas divergências relacionadas aos estágios de desenvolvimento das regiões, ao menos em um ponto é possível afirmar que a maioria dos autores concorda: as economias locais e regionais desenvolvem-se e crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios, de tal modo que aumenta o número e a diferenciação dos produtos, diminuem os custos de produção e se consolidam as economias de escala. Este é, por exemplo, o posicionamento de Cassiolato e Lastres (2005), e Barquero (2001).

Contudo, apesar deste relativo consenso, a inovação não surge ao acaso e sem a participação dos principais atores locais. Nesse sentido, surgiram algumas teorias, dentre as quais se destaca a Teoria da Tríplice Hélice. Basicamente, trata-se de um modelo espiral de inovação, que leva em consideração a integração dos vários atores locais (Universidades – Governos – Empresas) em diferentes estágios de geração e disseminação do conhecimento (ETZKOWITZ, 2003). Para este autor, a inovação é entendida como resultado de um



processo complexo e contínuo de experiências nas relações entre universidades, empresas e governo, com o objetivo de gerar conhecimento. Por se tratar de um processo, a interação Governo-Empresas-Universidades está em constante evolução, passou por três fases distintas, e continua se reconfigurando (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 2000).

- **O Modelo Estático:** nesta fase, o governo controla o meio acadêmico e a iniciativa privada, que são subordinados a ele. O Estado lidera e coordena o desenvolvimento de projetos de inovação, fornecendo os recursos necessários. O papel das universidades, neste estágio, se resume ao ensino (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 2000), ou seja, à formação de mão-de-obra, e os governos, através de uma estrutura hierárquica formada por organismos especializados, controla a política científica e tecnológica (CRUZ et al, 2013).
- **O Modelo *Laissez Faire*:** o papel do governo é reduzido (CRUZ et al, 2013), e a universidade atua como provedora de mão de obra qualificada e de pesquisas às indústrias, cabendo a estas adequar e utilizar este conhecimento (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 2000).
- **Modelo de Tríplice Hélice de relações entre universidade-governo-empresas:** para Etzkowitz e Leydesdorff (2000), nos modelos citados anteriormente, o estado sempre teve uma influência e predominância sobre os demais. Porém, através de um melhor compreensão de que uma esfera complementa a outra, houve uma adaptação para um novo modelo, em que as esferas se sobrepõem, colaboram e cooperam uma com a outra, fazendo surgir, nesse processo, um novo elemento aglutinador, que fará a interface entre as instituições, através de uma ação trilateral, proporcionada por uma organização no formato híbrido (CRUZ et al, 2013).

2. Metodologia

2.1 Classificação da pesquisa

De acordo com Zamberlan et al (2014), as pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, quanto à abordagem, quanto aos objetivos, e quanto aos procedimentos técnicos. Quanto à natureza, o presente estudo se classifica como aplicado, pois tem como um de seus objetivos fazer um conjunto de contribuições com interesse de contribuir para o desenvolvimento do município de Ijuí. Com relação à abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa, pois não fez uso de recursos e técnicas estatísticas para processar as



informações coletadas. Já quanto aos objetivos, o estudo é exploratório, pois o mesmo pode ser considerado original, não tendo encontrado registros de pesquisas semelhantes no município de Ijuí. E quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, documental e de campo.

É bibliográfica, pois fez uso de um artigo científico e de uma dissertação de mestrado. A pesquisa é documental, pois usou o planejamento estratégico do Corede Noroeste Colonial, as leis municipais de incentivo ao setor industrial no município de Ijuí, além seu Plano Diretor. Além disso, usou documentos relacionados ao PEIEX (Projeto de Extensão Industrial Exportadora) coordenado pela Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul). Também se caracteriza como documental porque fez uso de informações buscadas em documentos eletrônicos. Para finalizar, a pesquisa é de campo porque foi realizado um conjunto de entrevistas nos locais de trabalho de alguns participantes, mencionados no item seguinte.

2.2 Sujeitos da pesquisa e universo amostral

Foram sujeitos da pesquisa o Presidente do Corede Noroeste Colonial, a ex-Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ijuí, o secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ijuí, o diretor executivo da Associação Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento – AIPD, a gestora da Criatec, e o coordenador do Projeto de Extensão Industrial Exportadora na Unijuí.

2.3 Coleta de dados

A coleta de dados se deu considerando os objetivos propostos no estudo. Para atender ao primeiro objetivo, baseado na Teoria de Base Exportadora, que é mostrar as etapas do desenvolvimento de Ijuí e identificar em qual estágio o município de Ijuí se encontra, foi utilizada pesquisa bibliográfica nas seguintes obras: artigo científico intitulado “Evolução do setor industrial no município de Ijuí-RS”, de autoria de José Valdenir Muenchen e Agenor Castoldi; Dissertação de Mestrado intitulada “O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí/RS”, de autoria de Maria Bernardete Azambuja; Dissertação de Mestrado intitulada “A Formação do Trabalhador Fabril: História Oral em Ijuí/RS”, de autoria de Regina Weber.

Já para atender o segundo, o terceiro e o quarto objetivos do estudo, foram realizadas entrevistas em profundidade, aplicadas junto aos sujeitos da pesquisa, já citados



na etapa anterior. Além disso, foi utilizada coleta de dados nos endereços eletrônicos das instituições pesquisadas.

2.3 Análise e interpretação dos dados

Para analisar os dados, foram utilizadas duas técnicas: análise documental e análise de análise de discurso. A análise documental foi usada para interpretar os dados coletados dos documentos eletrônicos das instituições pesquisadas e das bibliografias usadas. Já a análise de discurso, foi usada para interpretar os dados das entrevistas realizadas.

3. Resultados

3.1 Etapas do desenvolvimento do município de Ijuí

Ao analisar os estágios de desenvolvimento do município de Ijuí, constata-se que ele não seguiu os pressupostos conceituais da teoria da localização e da teoria do crescimento regional, propostas por Hoover e Fisher (1937, apud NORTH, 1977), que apresentam os cinco estágios do desenvolvimento.

Tendo como base os estudos de Weber (1989), Azambuja (1991), e Muenchen e Castoldi (2004), é possível afirmar que o município passou por três fases distintas: (1) colonização, início das atividades do comércio, e início da fase industrialização; (2) crescimento do comércio, da indústria e exportação; (3) modernização da agricultura, consolidação do comércio, crescimento dos serviços, perda de importância e mudanças nas atividades industriais. Contudo, fazer uma divisão temporal destes estágios é muito difícil, pois em Ijuí algumas atividades acontecem simultaneamente. Por exemplo, há evidências de atividades comerciais, industriais e de exportação já nos primeiros anos de vida do município.

1º) Colonização, início das atividades do comércio, e início da fase de industrialização

De acordo com Azambuja (1991), a colonização do município de Ijuí, cuja inauguração aconteceu em 19 de outubro de 1890, ocorreu de forma planejada. O governo central mandou medir 1000 (mil) colônias de terra para serem adquiridas pelos imigrantes que ali se instalariam. Apesar de a maioria dos estrangeiros que chegavam à primeira colônia atuarem predominantemente em atividades agrícolas, é notório que, concomitantemente, chegaram os primeiros comerciantes e industriários.



Isso mostra que em Ijuí não aconteceu o estágio da economia de subsistência, proposto por Hoover e Fisher (1937, apud NORTH, 1977), e que o comércio e a indústria nasceram juntamente com o município. Inclusive neste período acontece uma ainda tímida atividade de exportação para outras colônias do Estado do RS. De acordo com Weber (1989), em recenseamento realizado em 1914, o município de Ijuí tinha 96 empresas comerciais, 53 fábricas de vinho, 50 fábricas de cachaça, 31 moinhos, 32 ferrarias, 24 engenhos de serra, 19 cervejarias, 21 carpintarias, 14 sapatarias, 16 alfaiatarias, 11 olarias, 12 fábricas de gasosa, 10 funilarias, 12 selarias, 8 curtumes, 10 padarias, 6 atafonas, 5 marcenarias, 3 descascadores de arroz, 1 engenho de erva e 1 charqueador.

Percebe-se que a atividade industrial supera a atividade comercial. Com relação ao comércio, vários fatores contribuíram para isso, segundo Azambuja (1991). São dois os que mais se destacam. O primeiro, tem relação direta com a própria colonização do município, feita por imigrantes vindos de outros países, e colonos de outras regiões. O colono ou imigrante, que no município se estabelecia tinha dívidas a pagar junto ao Estado, devido à aquisição das colônias de terra. Dessa forma, além de produzir para sua subsistência, precisava auferir recursos monetários para pagar suas dívidas contraídas em sua instalação, através do que Azambuja (1991) definiu como excedente. Surge, então, a importante figura do comerciante, que atuava na comercialização do excedente produzido pelos colonos, bem como no provimento dos equipamentos e insumos necessários às atividades agrícolas.

O segundo fator que contribuiu para o surgimento do comércio no município, já desde a sua fundação, foi a construção da malha ferroviária Cruz Alta-Ijuí (AZAMBUJA, 1991) em 1911 que provocou a valorização das terras agricultáveis, bem como a entrada e saída de mercadorias, potencializando o comércio, e também a indústria. Destacam-se como precursores do comércio ijuiense as seguintes empresas: “Casa Dico S.A.”, fundada no ano de 1888, cujos principais produtos comercializados eram cachaça, sabão, açúcar, café, ferragens, tecidos, louças, enlatados e vinhos; “Glitz S.A.”, fundada em 1898, comercializava produtos coloniais; e “Bernardo Gressler S.A.”, que revendia produtos diversificados.

No caso do setor industrial, este acompanha o desenvolvimento de Ijuí desde os seus primórdios concentrando-se, basicamente, na transformação de matérias-primas



oriundas do meio rural, como café, leite e carnes em produtos manufaturados. A produção industrial desenvolve-se a partir das condições locais para atender a uma demanda também local (MUENCHEN e CASTOLDI, 2004). Destacam-se nesse sentido, segundo Azambuja (1991) as seguintes indústrias: “Henrique Bergel S.A.”, popular indústria de Balas Soberana, fundada em 1919, produtora de balas; “Geiss S.A.” fundada em 1921, que produzia calçados; a “Fuchs S.A.”, constituída no ano de 1922, especialista na produção de utensílios domésticos, tarros de leite, latas e prensas para banha; e o “Frigorífico Serrano S.A.”, que beneficiava produtos de origem suína.

2º) Crescimento do comércio, da indústria e exportação

A segunda fase do desenvolvimento do município de Ijuí é marcada pelo crescimento do comércio e da indústria, e pelo início do processo de exportação. O crescimento do comércio deu-se, principalmente, pelo aumento do contingente de trabalhadores oriundos de outras regiões que chegavam ao município para trabalhar nas empresas. Além disso, a extensão da ferroviária disponível (ramal Cruz Alta – Santa Rosa) possibilitou ao comércio ijuiense abrir filiais e/ou colocar representantes comerciais em outras regiões. Devido ao aumento do contingente de trabalhadores, surgem empresas voltadas também para o público-alvo urbano, tais como Samsrsla e Cia. Ltda, atacado de tecidos, “Casa Americana”, “Nelson Lucchese S.A”. e “A Boa Compra” (AZAMBUJA, 1991).

Nesta fase, apresenta-se uma importante constatação: algumas empresas comerciais diversificam não apenas as suas linhas de produtos, mas também suas atividades e passam a atuar no setor industrial, não apenas para atender à demanda local, mas também à regional e nacional. É o caso, por exemplo, dos grupos Glitz S.A. e Bernardo Gressler que, juntos criam a “Fundição Ijuí” no ano de 1933 e, juntamente com outros comerciantes, criam a “Sociedade Laticínios Ijuí Ltda” para exportação (AZAMBUJA, 1991).

A extensão da malha ferroviária federal, aliada aos investimentos relacionados à produção de energia, no caso a construção da Usina da Sede, em 1922, e mais tarde da Usina do Passo do Ajuricaba, em 1959, e a extensão das ligações rodoviárias de Ijuí a outros centros (MUENCHEN e CASTOLDI, 2004), bem como a política de “Substituição das Importações” por parte do Governo Federal (AZAMBUJA, 1991), possibilitaram o surgimento



de novas indústrias e o crescimento das já existentes no município contribuindo, decisivamente, para o crescimento da economia do mesmo.

Esta participação estatal também contribuiu para a abertura da economia local para o mercado mais amplo. Aproveitam-se desta oportunidade de exportação algumas indústrias locais, tais como o Frigorífico Serrano S.A., a Geiss S.A., a Henrique Bergel S.A., e a Fuchs S.A. Neste estágio, a produção industrial local passa a se apresentar mais diversificada para atender não apenas as demandas locais, mas também as regionais e nacionais. Também acontece a importação dos meios de produção de outras regiões, o que mais tarde vai se caracterizar como um dos motivos de aumento da concorrência, e a consequente extinção de algumas organizações.

3º) Modernização da agricultura, crescimento e consolidação do comércio, crescimento e diversificação dos serviços, perda de importância e mudanças nas atividades industriais

O setor agrícola, com a introdução do cultivo do trigo nos anos 50, subsidiado pelo Governo Federal, e com a introdução da cultura da soja nos anos posteriores assume, nas décadas seguintes, o papel de protagonista na economia ijuicense, influenciando no crescimento, diversificação e consolidação das atividades comerciais, no crescimento do setor de serviços, e nas mudanças das atividades industriais.

A demanda por insumos e máquinas agrícolas fez com que o comércio do município diversificasse suas atividades, apostando na comercialização de máquinas e implementos para o meio rural (AZAMBUJA, 1991). Esse é o caso do grupo “Nürich, Müller S.A. – Comércio, Indústria, Importação e Exportação”, que criou a ITRASA (Ijuí Tratores Sociedade Anônima), especializada na revenda de tratores e implementos. Outro fato marcante deste estágio, que revela a “guinada” na economia do município e a importância da agricultura, é a criação da COTRIJUÍ – Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda, que tem entre as suas funções comercializar as mercadorias produzidas por seus associados, principalmente commodities, além de prestar assistência técnica aos produtores e prover os mesmos dos insumos necessários.

Surgem novas empresas comerciais, inclusive grandes redes de lojas vindas de outras regiões, oferecendo uma diversidade de produtos, o que leva ao desaparecimento de muitas organizações locais. Ijuí passa a receber um grande contingente de pessoas na



busca de emprego, atraídas pelo crescimento do setor agrícola e pelo crescimento e consolidação do comércio. Dessa forma, os serviços começam a ganhar importância na economia, pois o aumento da atividade econômica demanda as mais variadas necessidades, tais como serviços de hotelaria, cabeleireiros, eletricitistas, mecânicos, escritórios despachantes, escritórios de contabilidade, creches, escolas de idiomas, clínicas veterinárias, serviços de saúde e serviços de educação, entre outros.

Cabe aqui um destaque especial para duas instituições, que marcaram a história do município. A Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), que com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão atua como elemento importante no desenvolvimento, não só do município, mas também das regiões próximas, principalmente na formação de mão-de-obra especializada; e o HCI (Hospital de Caridade de Ijuí), que transformou, juntamente com os demais hospitais (Hospital Bom Pastor e Hospital Unimed) o município em referência regional em saúde.

Contudo, apesar de toda esta evolução positiva, o setor industrial do município de Ijuí, a partir da década de 70 entrou em declínio (MUENCHEN e CASTOLDI, 2004). Esta situação persiste até a presente data devido, primeiramente, à concorrência de empresas de outros locais do país e, num segundo momento, a partir da década de 90, pelo processo de globalização da economia. Aliada a estas causas mais macros, as dificuldades enfrentadas na sucessão das empresas também é apontada como uma das causas do enfraquecimento do setor industrial ijuiense (AZAMBUJA, 1989).

A mudança nas características do município, passando de uma matriz produtiva baseada na indústria e na exportação para outra, fundamentada na diversificação das atividades comerciais e terceirizadas, e na exportação prioritariamente de commodities, tem gerado importantes debates na esfera municipal a respeito do que deve ser feito para que aconteça a retomada do processo de industrialização e exportação de produtos acabados.

Diante disso, a sequência do estudo tem por objetivo elencar as ações desenvolvidas pelos atores do município, pertencentes à Tríplice Hélice, a partir de uma perspectiva retroativa a cinco anos, para que Ijuí retome o processo de desenvolvimento por meio da industrialização e exportação de produtos com valor agregado.



3.2 Ações dos principais atores envolvidos no desenvolvimento do município de Ijuí na perspectiva da industrialização e exportação

Após identificar as etapas do desenvolvimento de Ijuí e identificar o declínio das atividades industriais no município, o que influencia diretamente no volume de exportações de produtos acabados, esta parte do estudo aborda as ações dos principais atores envolvidos, a fim de retomar o processo de industrialização do município, começando pelas ações que tiveram como protagonistas os governos, passando pelas ações das empresas, representadas pela Associação Comercial e Industrial de Ijuí, e encerrando com as ações lideradas pela universidade, no caso a Unijuí. No final deste tópico serão detalhadas as ações voltadas ao incentivo à exportação de produtos acabados produzidos no município.

a) Ações de estímulo à industrialização promovidas pelo Governo Federal

O governo federal executou e executa várias ações junto ao município de Ijuí para promover a sua industrialização, mesmo que de forma indireta. Destacam-se, nesse sentido o Programa Mais Alimentos, o Programa Minha Casa Minha Vida, o FINAME. Também colaboraram os cursos técnicos do SENAI, e o Projeto Negócio a Negócio promovido pelo SEBRAE.

- *Programa Mais Alimentos*

O Programa Mais Alimentos, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2017), disponibiliza linhas de crédito através do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar, como tratores e equipamentos agrícolas. Além de melhorar a produtividade das propriedades rurais, o programa contribui para fortalecer a base industrial dos municípios, com a produção de máquinas e equipamentos voltados às atividades do meio rural. No estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul é uma das instituições financeiras credenciadas (BANRISUL, 2017). Não há envolvimento dos atores locais.

- *Programa Minha Casa Minha Vida*

O Programa Minha Casa, vinculado ao Ministério das Cidades, é uma iniciativa de acesso à casa própria criada pelo governo brasileiro. O programa prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel – na cidade e no campo – renda familiar e valor da unidade habitacional, utilizando, como intermediários o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Além disso, o programa



também contribui para a geração de emprego e renda para os trabalhadores da construção civil, que realizam as obras (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, 2017). A participação dos poderes público estadual e municipal se dá através de suas secretarias ou coordenadorias de habitação, especificamente no “Programa Minha Casa Minha Vida Recurso FAR”, através da assinatura do termo de adesão ao programa com a Caixa (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017). Não há envolvimento dos demais atores locais neste processo.

- *FINAME*

O programa BNDES Finame financia, por meio de instituições financeiras credenciadas, a aquisição e produção de bens de capital, além da aquisição de ônibus, caminhões e aviões executivos (BNDES, 2017). No Rio Grande do Sul, uma das instituições credenciadas é o Banrisul (BANRISUL, 2017), que está presente em grande parte dos municípios. Não há envolvimento de instituições locais neste processo.

- *Cursos Técnicos*

Desenvolvidos pelo SENAI, os cursos técnicos têm a função de qualificar a mão de obra para as indústrias. Em Ijuí, existe uma parceria com a Associação Comercial e Industrial do município e demais associações de empresas, que levantam as demandas e as encaminham a esta instituição. Já o poder público municipal e a Unijuí não participam deste debate. São exemplos de cursos técnicos desenvolvidos pelo SENAI em Ijuí os cursos de panificação, torneiro mecânico e básico de confeitaria, entre outros (FIERGS, 2017).

- *Projeto Negócio a Negócio*

Desenvolvido pelo SEBRAE, o programa contou com a parceria de universidades na realização de diagnóstico e implantação de melhorias em empresas cujo faturamento bruto anual não seja superior a R\$ 360.000,00 (SEBRAE, 2017). Em Ijuí, a Unijuí foi a universidade escolhida para a realização do trabalho, cabendo a mesma a disponibilização de professores para as atividades de coordenação e supervisão, além da contratação dos agentes (alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia). A universidade não participa da construção do projeto, e seu papel se restringe à execução do mesmo. Além disso, não há participação da Associação Comercial e Industrial de Ijuí e do poder público municipal nesta ação.

b) Ação de estímulo à industrialização promovidas pelo Governo Estadual



O Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem mantido uma atuação mais modesta, se comparada às ações promovidas pelo Governo Federal na promoção da industrialização dos municípios, em especial do município de Ijuí. A única ação executada nos últimos tempos é o Projeto de Extensão Produtiva e Inovação.

Este projeto se configurou como um dos projetos estratégicos do governo do Estado do Rio Grande do Sul para fomentar o desenvolvimento das indústrias de pequeno e médio porte (GRIEBELER, 2014), participantes de Arranjos Produtivos Locais de setores econômicos priorizados pela comunidade regionais e pelos planos estratégicos dos COREDES, através da Consulta Popular (AGDI, 2017). O projeto atua de forma regionalizada e utiliza universidades que são responsáveis pela execução do projeto. Em Ijuí, a Unijuí foi a universidade escolhida para a sua execução. Não há participação da Associação Comercial e Industrial de Ijuí e do poder público municipal neste projeto.

c) Ações de estímulo à industrialização desenvolvidas pelo Governo Municipal

O governo municipal de Ijuí também dá a sua contribuição para o desenvolvimento do setor industrial. As ações de apoio à industrialização do município, por parte do município se restringem a duas: a primeira, diz respeito à Lei nº 4049, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta os incentivos às indústrias que almejem se instalar no município; a segunda, é a promoção da Feira Nacional da Indústria de Ijuí.

- *Lei municipal nº 4049, de 17 de dezembro de 2002*

De acordo com o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, o município possui oito distritos industriais que acomodam parte das indústrias instaladas. Além disso, através da Lei Municipal nº 4049, de 17 de dezembro de 2002, apresenta uma série de benefícios para as empresas que têm a intenção de se instalar em seus distritos industriais, tais como a venda subsidiada de imóveis para instalação, pagamento de aluguel reembolsável de prédio destinado ao empreendimento, execução de serviços de terraplenagem e transporte de terras, cessão de uso de bens e equipamentos, e isenção de tributos municipais.

Contudo, para se instalar nos referidos distritos, e obter incentivos por parte do poder público municipal, é preciso respeitar o que trata o artigo 4º da já referida lei, que revela as condições para a obtenção de benefícios. Além disso, de acordo com o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, as condições financeiras das



empresas candidatas são analisadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ijuí (CODEMI), que se caracteriza por ser um órgão consultor e pela análise da Câmara Municipal de Vereadores do Município, que aprova ou não as concessões. A participação da universidade e da associação comercial inexistem neste processo, exceto quando um de seus integrantes fizer parte do CODEMI.

- *Feira de Negócios da Indústria de Ijuí (FENII)*

De acordo com o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do município de Ijuí, a Feira de Negócios da Indústria de Ijuí acontece anualmente e tem o objetivo de promover as indústrias instaladas no município, sendo uma iniciativa do poder público municipal, e não faz parte de nenhuma projeto integrado com a esfera pública estadual e federal. Segundo o secretário, a feira surgiu para atender aos anseios dos empresários que, devido ao preço cobrado pelos espaços de exposição, não conseguem participar de outra feira do município, que é a Expo-Ijuí/FENADI, promovida pela associação comercial do município. Colaboram na realização da FENII, como apoiadores, a ACI, SEBRAE, Unijuí, Emater/RS Ascar, União das Etnias de Ijuí, Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos, Associação dos Artesãos de Ijuí, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sicredi, Câmara de Vereadores, além de algumas empresas privadas.

d) Ações de estímulo à industrialização desenvolvidas pela Associação Comercial e Industrial de Ijuí

São duas as ações de estímulo à industrialização realizadas pelas empresas de Ijuí, representadas pela associação comercial. A primeira, com envolvimento indireto, diz respeito à participação no Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade. Já a segunda, na qual é a entidade realizadora, refere-se à organização da Expo-Ijuí/Fenadi.

- *Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade*

O Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade foi criado no ano de 1992 e tem a missão de promover a competitividade das empresas do Rio Grande do Sul, por meio da busca constante pela excelência em gestão (PGQP, 2017). Como forma de incentivo à melhoria contínua, o programa possui duas categorias distintas de premiação. A primeira, denominada de “Prêmio Qualidade RS”, consagra as organizações gaúchas que mais se destacam na área da Gestão da Qualidade. Já a segunda, chamada de “Prêmio Inovação PGQP”, reconhece as organizações que mais se sobressaem em gestão da inovação.



O programa possui vários comitês espalhados pelo estado, que têm a função de interiorizar as suas ações. Esse é o caso do Comitê Regional Grande Ijuí, coordenado pela Associação Comercial e Industrial de Ijuí. Neste comitê, são realizados cursos e palestras com o objetivo de melhorar a gestão das indústrias e, conseqüentemente, prepará-las para concorrerem às premiações. O programa não conta com a participação das instituições de ensino e poderes públicos constituídos no município de Ijuí.

- *Expo-Ijuí/Fenadi*

A Expoijuí – Exposição Feira Industrial e Comercial de Ijuí foi criada no ano de 1981, com o objetivo de promover o comércio e a indústria local. Com o passar dos anos, a feira diversificou suas atividades, englobando também a Fenadi – Feira Nacional das Culturas Diversificadas. Nos primeiros anos, o evento se limitava a apresentar a indústria e o comércio locais. No entanto, com o passar dos anos, o evento sofreu uma transformação, sendo que parte das empresas abandonaram a feira, em virtude dos altos custos com a locação de espaços, dando espaço a organizações localizadas em outras regiões. A feira é promovida pela associação comercial e industrial do município, mas tem o apoio de diversas instituições, como é o caso da Unijuí, Prefeitura Municipal, instituições financeiras, diversas associações, além do sistema “S”.

e) Ações de estímulo à industrialização promovidas pela Unijuí

A Unijuí, principal instituição de ensino superior da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, também dá a sua contribuição para o desenvolvimento do setor industrial no município de Ijuí. Sua ajuda se dá através de especialmente por meio dos cursos de graduação e pós graduação, projetos de pesquisa e extensão; da Criatec, e da organização da Tec-e-Inova.

- *Cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão*

A primeira contribuição se dá com o curso de Graduação em Engenharia Mecânica, e com os cursos de pós-graduação ligados à área, sediados no campus da universidade localizado no município de Panambi. Também neste campus há um conjunto de projetos de pesquisa e extensão para atender as demandas das indústrias locais, sendo alguns em parceria com a Fapergs e CNPq. As demandas são identificadas junto às associações de empresas e empresas individuais, levadas para dentro da universidade e traduzidas na oferta de cursos e projetos.



- *Criatec*

A Criatec se caracteriza por ser uma incubadora de base tecnológica que recebe empreendimentos cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa valor agregado. Atua também no auxílio às empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia já difundida e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de incremento tecnológico.

É correto afirmar que a incubadora sofreu influências tanto do governo federal, quanto do governo estadual, como também da região na qual está inserida. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, define a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

A concepção da Criatec também sofreu influência das políticas estaduais. O estado do Rio Grande do Sul, através das Propostas Estratégicas para o Desenvolvimento Regional do RS (PRÓ-RS) busca incentivar a inovação tecnológica, os empreendimentos de ponta e a modernização dos setores econômicos tradicionais, além de dar ênfase à política de ciência e tecnologia, inovação, tecnologias de solução de problemas, transferência de conhecimento e tecnologias, redes e sistemas de pesquisa básica e aplicada, polos de modernização ou inovação, incubadoras. Em âmbito regional, de acordo com a gestora da Criatec, a criação da incubadora está alinhada com as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvido pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, que envolve a participação de onze municípios, dentre eles Ijuí. Segundo sua gestora, de 2012 a 2017, nove empresas foram incubadas.

- *Tec-E-Inova*

A Feira de Tecnologia, Empreendedorismo e Inovação também dá a sua contribuição para o desenvolvimento industrial de Ijuí. Promovida pela Unijuí, e apoiada pela Fecomércio e Sindilojas, a mesma tem a função de fomentar a criação de novos negócios de base tecnológica. Seu foco está na promoção do empreendedorismo, da tecnologia e da inovação, através da exposição de ideias inovadoras e da promoção de palestras e oficinas (TEC-E-INOVA, 2017).

f) Ações de estímulo à exportação promovidas pelas instituições que atuam no município



Porter (1989) defende que a competição não se dá mais entre empresas, mas sim entre regiões, e as ganhadoras serão aquelas cujas empresas conseguirem agregar valor aos seus produtos e conquistarem o mercado externo. Considerando esta conclusão, este estudo também buscou identificar o envolvimento das instituições atuantes no município de Ijuí na promoção das exportações. E o resultado apresentou uma participação ínfima nessa empreitada.

Desconsiderando as pequenas e isoladas iniciativas, tais como palestras em feiras, muitas vezes promovidas por interesses pessoais, o estudo apontou apenas duas iniciativas nesse sentido: a primeira, proporcionada pela Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), cujo objetivo é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização de seus negócios e a atração de investimentos estrangeiros diretos; e a segunda, de iniciativa, com seu curso de pós-graduação em comércio exterior.

A Apex, através do Peiex (Programa de Extensão Industrial Exportadora), em parceria com a Unijuí desenvolveu o trabalho de preparação de algumas indústrias da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, preparando-os para exportação e intermediando negócios com o mercado internacional. Em Ijuí, segundo entrevista realizada com o coordenador do programa na Unijuí, foram atendidas 109 empresas. Destas, 13 realizaram algum tipo de exportação. É importante ressaltar a ausência da Associação Comercial de Ijuí neste Programa e da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do município de Ijuí.

Já com relação à Pós-Graduação, foram três edições do curso realizado no município de Santa Rosa, que teve a participação das empresas apenas na sondagem sobre a demanda e no estímulo aos funcionários se matriculem no curso.

3.3 Industrialização e exportação no município de Ijuí: integração entre os atores, análise crítica e sugestões

Ao analisar as ações das instituições responsáveis pelo desenvolvimento do município de Ijuí, é notória uma conclusão: a Tríplice Hélice não funciona de forma adequada no município, e a integração Governo-Universidade-Empresas se dá ainda pelo modelo estático apresentado por Etzkowitz e Leydesdorff (2000). O principal agente envolvido nos processos de industrialização e exportação é o Governo Federal, através de



seus ministérios e de suas políticas públicas, seguido do governo estadual e do governo municipal.

Percebe-se, nitidamente, que o município depende, e muito, de programas federais e estaduais para se desenvolver a sua indústria e aumentar o volume de exportações. Vários são os exemplos nesse sentido, tais como os programas Minha Casa Minha Vida, Mais Alimentos, Negócio a Negócio, Extensão Produtiva e Inovação, que são criados e desenvolvidos pelos Governos Federal e Estadual, onde os atores locais tem pouca participação, que se resume à execução, no caso da Universidade, e aos benefícios resultante dos mesmos, no caso das empresas.

Chama a atenção, também, pouco envolvimento da entidade que representa as empresas do município. A mesma, de quatorze ações elencadas, participa somente de quatro. Já a Universidade, participa de nove ações, na maioria delas como executora de projetos e programas governamentais. Outro fato que chama a atenção é a inexpressiva participação da atores locais na construção das políticas municipais de incentivo à industrialização e exportação, que se resume, eventualmente à alguma cadeira no Conselho de Desenvolvimento Municipal de Ijuí. Por exemplo, a Associação Comercial e Industrial do município tem mínima participação nas análises de pedidos de benefícios feitos por empresas interessadas em se instalar no município. A universidade também não participa deste processo.

Outro fato que chama a atenção é que, em apenas duas ações ocorre a integração entre todos os agentes locais na tentativa de potencializar a industrialização em Ijuí, que são as feiras (Feira de Negócios da Indústria de Ijuí, e Exposição Feira Industrial e Comercial de Ijuí. E se considerarmos as ações voltadas à preparação das empresas do município para as atividades de exportação, este envolvimento é nulo.

As constatações surgidas deste estudo, levam à conclusão, como já mencionado anteriormente, que a proposta da Tríplice Hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (2000) ainda não se efetivou no município, e que tem um longo percurso para se concretizar. Surgem, então, alguns questionamentos, tais como: quem deve liderar este desafio? O que fazer para que haja a integração dos agentes envolvidos? Parece evidente que o agente local que tem maior participação nas ações elencadas neste estudo e possui vínculos próximos com as instâncias municipais, estaduais e federais, além de ter proximidade com os diferentes



agentes envolvidos, é a universidade, e talvez caiba a ela ser o elemento que faça o motor da hélice girar. A resposta sobre como fazer isso não aparece como uma receita de bolo, e certamente será resultado de muito debate.

4. Conclusão

Este estudo teve os seguintes objetivos: descrever as etapas do desenvolvimento do município de Ijuí; identificar quais são as principais contribuições dos atores pertencentes à Tríplice Hélice, voltadas ao estímulo das atividades industriais e de exportação, retroativas a cinco anos; analisar o grau de integração entre os principais atores que compõe a Tríplice Hélice; e fazer uma análise crítica relacionada ao tema abordado e apresentar algumas sugestões.

Quanto às etapas do desenvolvimento do município de Ijuí conclui-se que o seu desenvolvimento não se deu obedecendo os cinco estágios da teoria do crescimento econômico regional. O município, devido à forma como foi colonizado e devido às políticas governamentais e ao acesso à matérias-primas, não passou pelo período da economia da subsistência, e cresceu a partir de uma pujante atividade comercial e industrial.

Já em suas primeiras décadas de existência, se caracterizava como exportador para outras colônias, principalmente de produtos de origem animal e de equipamentos utilizados nas atividades agrícolas. Com o passar do tempo, a matriz produtiva de Ijuí se modificou, sendo que o setor industrial entrou em declínio, e a agricultura (produção de commodities), juntamente com a prestação de serviços diversos, principalmente de educação e saúde, e o comércio, ganharam espaço. Essa mudança fez surgir a discussão sobre a retomada da industrialização e exportação de produtos acabados pelas indústrias instaladas no município, que deu origem aos demais objetivos deste estudo.

Com relação à participação dos agentes pertencentes à Tríplice Hélice em ações voltadas à industrialização e exportação, o estudo deixa claro o papel determinante das políticas públicas federais e estaduais para o desenvolvimento de Ijuí, além das poucas, isoladas e desintegradas ações dos atores locais, com participação mais efetiva da universidade que, segundo a análise realizada, apresenta as melhores condições para fazer girar a Tríplice Hélice, devido à sua proximidade com os mais variados integrantes, tanto a nível federal, estadual e local.

**Bibliografia**

AGDI. Arranjos Produtivos Locais. Disponível em <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=975>, 2017. Acesso em 10/02/2017.

AZAMBUJA, M. B. O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária E imobiliária na cidade de Ijuí/RS. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1991. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/111319>. Acesso em 26/01/2017.

BANRISUL. Finame. Disponível em https://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw03hn_conteudo_detalhe2.aspx?secao_id=970, 2017. Acesso em 14/02/2017.

BANRISUL. Pronaf Mais Alimentos. Disponível em https://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw06hn_conteudo_detalhe2.aspx?secao_id=1613, 2017. Acesso em 07/02/2017.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2001.

BNDES. Finame. Disponível em www.bndes.gov.br/wps/vanityurl/bndes-finame/, 2017. Acesso em 08/02/2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>, 2017. Acesso em 09/02/2017.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações políticas. Revista São Paulo em Perspectiva, v.19, n.1, Jan-Mar/2005.

CRUZ, F. C. da; CRUZ, A. C. da; COSTA, L. V.; CORONEL, D. A. Tríplex hélice na região da campanha: um ensaio teórico como fator estratégico de inovação e desenvolvimento. FACEF pesquisa: desenvolvimento e gestão, v.16, n.3, p. 281-300, 2013.

ETZKOWITZ, H. Innovation in innovation: the Triple Helix of university-industry-government relations. SAGE publications v.42, p.293-337, 2003. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/05390184030423002>. Acesso em 19/01/2017.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, J. The dynamics of innovation: from national systems and "mode 2" to a triple helix of university-industry-government relations. Research Policy v.29, p.109-123, 2000. Disponível em http://paca-online.org/cop/docs/Etzkowitz+Leydesdorf_The_dynamics_of_innovation_-_a_triple_helix.pdf. Acesso em 19/01/2017.

FIERGS. Cursos. Disponível em <http://www.fiergs.org.br/unidade/10386/cursos>, 2017. Acesso em 14/02/2017.



GRIEBELER, M. P. D. (Org.) Projeto Extensão Produtiva e Inovação – PEPI: um ano de atuação na Região Noroeste Colonial do rio Grande do Sul – relatos e perspectivas. Porto Alegre: Conceito, 2014.

MUENCHEN, J. V. CASTOLDI, A. A evolução do setor industrial do município de Ijuí-RS. Revista Desenvolvimento em Questão, ano 2, n.4, Jul/dez, Unijuí, 2004. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/101/58>. Acesso em 27/01/2017.

NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico regional. In: Economia Regional.1959. Disponível em <http://www.ifibe.edu.br/arg/20150824222340673540483.pdf> . Acesso em 19/01/2017.

NORTH, D. Teoria da Localização e crescimento econômico regional. In: J. SCHWARTZMANN (org). Economia regional e urbana: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, p. 333-347, 1977. Disponível em <http://www.ifibe.edu.br/arg/20150824222519320995672.pdf> . Acesso em 19/01/2017.

PGQP. Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade. Disponível em http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=151, 2017. Acesso em 14/02/2017.

PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

SEBRAE. Negócio a Negócio. Disponível em <http://www.sebrae-rs.com.br/index.php/quero-melhorar-meu-negocio/73-quero-melhorar/175-negocio-a-negocio-melhorar>, 2017. Acesso em 15/02/2017.

TEC-E-INOVA. História da Tec-E-Inova. Disponível em <http://www.tec-e-inova.com.br/pagina/historico-da-tec-e-inova>. 2017

WEBER, R. A formação do trabalhador fabril: história oral em Ijuí/RS. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1989. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000018112&go=x&code=x&unit=x>. Acesso em 19/01/2017.

ZAMBERLAN, L.; RASIA, P. C.; SOUZA, P. D. de; GRISON, A. J.; GAGLIARDI, A. O.; TEIXEIRA, E. B.; DREWS, G. A.; VIEIRA, E. P.; BRIZOLLA, M. M. B.; ALLEBRANDT, S. L. *Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2014.